



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Adriana Maria Shad e Balthazar

**O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas
narrativas de sofrimento**

Rio de Janeiro

2012

Adriana Maria Shad e Balthazar

O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara

Rio de Janeiro

2012

Adriana Maria Shad e Balthazar

O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 26 de abril de 2012.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara
Instituto de Medicina Social - UERJ

Banca Examinadora:

Dr. Guilherme Silva de Almeida
Faculdade de Serviço Social - UERJ

Dra. Rafaela Teixeira Zorzanelli
Instituto de Medicina Social - UERJ

Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna
Universidade Federal do Rio de Janeiro

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB/C

B197 Balthazar, Adriana Maria Shad e.

O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento / Adriana Maria Shad e Dcnj c| ct. – 2012. 9: f.

Orientador: Sérgio Luís Carrara.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

"

.....1. Homofobia – Teses. 2. Políticas públicas – Teses. 3. Denúncia (Direito penal) – Teses. 4. Sofrimento – Teses. 5. Silêncio (Direito) I. Carrara, Sérgio Luís. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 613.885

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

DEDICATÓRIA

À memória dos meus pais, que o silêncio nunca apagou. Ao Fred, à Michele e à Mônica, meus primeiros mestres.

AGRADECIMENTOS

Ao Sérgio Carrara, meu orientador, pela disponibilidade e paciência que sempre demonstrou nos nossos encontros e por ter se interessado em ouvir os silêncios ao meu lado.

Ao CNPQ, pela bolsa de estudos.

Aos professores Adriana Vianna, que foi a grande responsável pela minha paixão e talvez obsessão pelo silêncio, me ajudando a desvendar as complexas tramas que envolvem a dor e o sofrimento; Rafaela Zorzanelli pelas contribuições durante as aulas no IMS e na banca de qualificação que enriqueceram minhas reflexões para o desenvolvimento da pesquisa e Guilherme Almeida, que sempre com muito carinho e respeito pela minha recém chegada ao campo, acompanhou e acompanha as ricas descobertas que tenho feito sobre o mundo da transexualidade.

A toda a equipe do IMS que sempre me acolheu neste percurso.

Aos grandes amigos que ganhei durante o mestrado, especialmente Vinícius, Vanessa e Conchita.

Aos profissionais e usuários dos três serviços que generosamente se disponibilizaram para as entrevistas e me presentearam com informações, histórias e emoções que guardarei para sempre com muito carinho.

Aos coordenadores desses serviços que, para além das entrevistas, abriram as portas e proporcionaram a realização da pesquisa.

À Luana, pelas transcrições e por tudo que aprendemos juntas nesse caminho, através das falas e dos silêncios.

Ao Cláudio que conseguiu entender a minha ausência e esperou pelo meu retorno, abrindo espaço para o meu mergulho solitário nos estudos.

À Tia Eva pelo cuidado, incentivo e refúgio que soube me oferecer na hora certa.

À Simone e a sua grande família que tão carinhosamente me hospedaram para a realização do campo.

Aos eternos amigos que sempre estiveram ao meu lado, acreditando no meu potencial e me estendendo a mão nos momentos mais difíceis, especialmente Anna Helena e Sheila.

E, finalmente, a todos aqueles e aquelas que, direta ou indiretamente, participaram dessa conquista, pois, talvez mesmo sem saberem, colaboraram para que eu gostasse tanto de desafios e buscasse aprender sempre mais.

RESUMO

BALTHAZAR, Adriana Maria Shad e. *O lugar do silêncio na violência homofóbica: o dizível e o indizível nas narrativas de sofrimento*. 2012. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

O presente estudo tem por objetivo analisar o lugar ocupado pelo silêncio na narrativa de pessoas que sofreram violência homofóbica e que são acompanhadas pelos dispositivos públicos de atenção e cuidado a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais implantados no estado do Rio de Janeiro. Utiliza-se neste trabalho o conceito de homofobia como violência motivada pelo preconceito sexual, que se origina do processo histórico que produziu a separação entre homo e heterossexualidade e estabeleceu a última como norma. O trabalho de campo realizado em dois Centros de Referência e num dispositivo público de saúde incluiu entrevistas semiestruturadas com 11 usuários e 25 profissionais, no período de junho a novembro de 2011. A análise do material indica que o silêncio constitui-se como um discurso legítimo sobre a dor, servindo de proteção para a manutenção de determinadas relações, preenchendo, portanto, um espaço de fala. Reconhecer o lugar do silêncio, mesmo em dispositivos que se propõe a acolher denúncias de violência, pode facilitar o fortalecimento do encontro entre profissionais e usuários dos serviços voltados para pessoas LGBT.

Palavras-chave: LGBT. Homofobia. Denúncia. Silêncio. Sofrimento. Políticas públicas.

ABSTRACT

The aim of this investigation is to analyze the role of silence in narratives built by people who suffered homophobic violence. The concept of homophobia is understood here as concerning to any kind of violence (physical or psychological) motivated by social prejudice based on gender and/or sexual orientation. Homophobic violence is thus seen as a consequence of the historical process which distinguished homosexuality from heterosexuality and established the latter as "normal" and "natural". The research was carried out in three public services located in the state of Rio de Janeiro (Brazil): two anti homophobic violence centers, and one health clinic for transsexuals placed in an university hospital. From June to November 2011, 11 semi-structured interviews were conducted with "users" of those services, and 25 with different professionals working there (lawyers, physicians, psychologists etc). The analysis indicates that silence has an important role in protecting or maintaining relevant social relationships, and should be accepted by professionals dealing with this kind of violence as a legitimate discourse about physical and moral pain.

Keywords: LGBT. Homophobia. Complaint. Silence. Suffering. Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APA	American Psychiatric Association
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
C.R. LGBT	Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT
DDH	Disque Denúncia Homossexual
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GPE/SES	Gerência de Políticas Específicas da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro
GPS	Grupo Pluralidade Serrana
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
IMS	Instituto de Medicina Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISS	Imposto Sobre Serviços
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LIDIS	Programa de Extensão Laboratório de Diversidade Sexual, Políticas e Direitos
MOVER-SE	Movimento da Diversidade Sexual na Serra
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PNDH II	Programa Nacional de Direitos Humanos - Segunda versão
PPGAS/UFRJ	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa GEN	Grupo de Atenção Integral à Saúde Transexual do Hospital Universitário Pedro Ernesto
RIOTUR	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
SAS/MS	Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde
SEASDH	Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro

SEDH-PR	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República
SES	Secretaria Estadual de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPERDir	Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da SEASDH
SUS	Sistema Único de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	ONDE ESCUTAR O SILÊNCIO: A ESCOLHA E DEFINIÇÃO DOS CAMPOS PARA A PESQUISA	13
1.1	Primeiro campo: Centro de Referência Regional de Promoção da Cidadania LGBT Hanna Suzart	13
1.2	Segundo campo: Centro Metropolitano de Referência e Promoção de Cidadania LGBT do Rio de Janeiro	22
1.3	Terceiro campo: o Programa GEN	27
1.4	Questões metodológicas	32
1.5	Perfil dos entrevistados: profissionais das equipes técnicas	33
1.6	Perfil dos entrevistados: usuários	35
2	DESCOBRIR-SE "DIFERENTE": A DOR E O SILÊNCIO NO COTIDIANO DAS RELAÇÕES MAIS ÍNTIMAS	37
3	NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA E AS RESPOSTAS "POSSÍVEIS" DIANTE DO SOFRIMENTO	48
3.1	A boneca prometida: a história de Helena	50
3.2	A casa roubada: a história de Fernando	62
4	O DIZÍVEL E O INESCUTÁVEL NAS NARRATIVAS DAS EQUIPES QUE ATENDEM PESSOAS LGBT	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	86
	ANEXO A - Perfil dos profissionais das equipes técnicas	90
	ANEXO B - Perfil dos usuários entrevistados	91
	ANEXO C - Roteiro de entrevista com equipe técnica dos centros de referência LGBT	92
	ANEXO D - Roteiro de entrevista com a equipe técnica do Programa Gen/Hupe/Uerj	94
	ANEXO E - Roteiro de entrevista com os usuários dos dispositivos públicos que atendem pessoas LGBT	96

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa estrutura-se sobre dois eixos principais, a discussão sobre homofobia e a discussão sobre silêncio. O intercruzamento destes eixos produziu a ampliação da análise para questões relacionadas ao sofrimento, à homossexualidade ou à identidade de gênero e às políticas públicas voltadas para a proteção e garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)¹.

Nos últimos dez anos, o termo homofobia vem ocupando cada vez mais espaço na mídia, nos debates promovidos por movimentos sociais, na produção acadêmica e na agenda política do Brasil e do mundo. O programa do governo federal *Brasil sem Homofobia* (2004)², através da articulação de vários ministérios e secretarias, tais como Saúde, Educação, Direitos Humanos, Justiça e outros, tem como objetivo não só promover a cidadania de pessoas LGBT a partir da equiparação dos direitos, mas principalmente combater a violência e a discriminação homofóbicas, criando para isso leis, práticas jurídicas e policiais, além dos Centros de Referência LGBT (C.R. LGBT) que oferecem atendimento às vítimas³.

No Estado do Rio de Janeiro, que serviu de campo para esta pesquisa, o *Programa Rio*

¹ No decorrer deste trabalho será empregada a sigla LGBT, amplamente utilizada no Brasil, na arena pública e política, para se referir a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Não entrarei aqui na discussão sobre o processo social e político, através do qual tais identidades se constroem e se estabilizam. Para isso ver Facchini (2005). Ao longo desta dissertação, as expressões “LGBT” ou “pessoas LGBT” fazem referência a um coletivo que comporta indivíduos que podem se auto identificar através de outras categorias.

² Expressões, palavras e conceitos de outros autores estarão em itálico no presente texto. O uso de aspas servirá para destacar ou problematizar determinadas palavras empregadas.

Reconstruir o processo histórico e social que originou o *Programa Brasil sem Homofobia*, remete ao ano de 1995, quando o tema da discriminação por orientação sexual foi formalmente suscitado, pela primeira vez, pela Delegação da Suécia, em um foro das Nações Unidas, durante a Conferência Mundial de Beijing. Este debate foi retomado de forma organizada somente em 2001, durante a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul. No processo preparatório para esta Conferência, o Governo Brasileiro, com base na articulação e consultas feitas junto à sociedade civil organizada, levou o tema para a Conferência Regional das Américas, em Santiago do Chile (2000). Sendo assim, na Conferência Mundial de Durban, o Brasil introduziu o tema da discriminação por orientação sexual em plenária, além de um diagnóstico sobre a situação nacional e uma lista de propostas para preveni-la e combatê-la. Ainda em 2001, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), foi uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Brasileiro para implementar as recomendações oriundas da Conferência de Durban. Em 2002, a segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH II, 2002) dedica uma sessão ao assunto, com quinze ações a serem adotadas pelo governo federal para o combate à discriminação por orientação sexual. E, finalmente, o CNCD cria, em 2003, um Grupo de Trabalho destinado a elaborar o *Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação a Gays, Lésbicas, Travestis, Transgêneros e Bissexuais (GLBT) e de Promoção da Cidadania Homossexual*, lançado oficialmente em 2004.

³ No site da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR), órgão do Governo Federal responsável pelo *Programa Brasil sem Homofobia*, consultado em 02 de maio de 2010, os dados apontam um total de 37 *Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia* em funcionamento no país, distribuídos em 24 estados e 01 no Distrito Federal. Estes serviços foram implantados a partir de convênio celebrado entre a SEDH-PR e governos estaduais e municipais, além de organizações não-governamentais.

*sem Homofobia*⁴, inspirado no programa federal, conta atualmente com três Centros de Referência e Promoção da Cidadania LGBT⁵, além do Disque Cidadania LGBT⁶, do Conselho dos Direitos da População LGBT do Estado do Rio de Janeiro e do Núcleo de Monitoramento de Crimes contra LGBT⁷.

Em vias de implantação, toda esta rede de combate à homofobia e proteção as suas vítimas justifica-se pelos números considerados alarmantes de casos de violência contra pessoas LGBT registrados nas delegacias de polícia do estado que passaram a incluir, nos Boletins de Ocorrência, desde junho de 2009, a homofobia como motivo presumido de um crime⁸. Entre março e dezembro de 2010, dos 97 casos registrados e acompanhados pelo Centro Metropolitano de Referência e Promoção de Cidadania LGBT, oito correspondiam a assassinatos.

Mas o que representam estes dados? De que tipo de violência se trata quando se fala de homofobia⁹?

Segundo a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT)¹⁰, a expressão homofobia precisa ser compreendida como um conceito guarda-chuva que se refere a duas definições distintas. A primeira apresenta-se como a manifestação de sentimentos de “rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos” (ABGLT, 2009:23). E a segunda relaciona-se a um tripé de fenômenos sociais que engloba “preconceito, discriminação e violência” contra pessoas LGBT. Neste sentido, a homofobia não se vincula integralmente à homossexualidade, mas também às convenções de gênero.

O termo homofobia, ao ser empregado pela primeira vez pelo psicoterapeuta norte-americano George Weinberg, em 1972 no livro *Society and the Healthy Homosexual*,

⁴ O *Programa Estadual Rio sem Homofobia* (2011) é coordenado pela Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos (SUPERDir), que faz parte da estrutura da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) do governo do Estado do Rio de Janeiro.

⁵ Em março de 2012, encontram-se em funcionamento, no Estado do Rio de Janeiro, os Centros de Referência LGBT de Nova Friburgo (2007), o da capital (2010) e o de Duque de Caxias (2011).

⁶ O Disque Cidadania LGBT é um serviço de atendimento telefônico 24 horas ininterruptas e serve como a principal porta de entrada para a rede de proteção básica em vias de implantação pelos Centros de Referência.

⁷ Para maiores informações sobre os objetivos e funcionamento de cada um destes dispositivos do *Programa Rio sem Homofobia*, acessar o site da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – www.rj.gov.br/web/seasdh.

⁸ Segundo dados da SUPERDir/SEASDH, no período de julho de 2009 a novembro de 2010, foram feitos 776 registros deste tipo em 79 delegacias de 39 municípios do Estado do Rio de Janeiro, o que equivale a uma média de 48 ocorrências por mês.

⁹ Para uma discussão sobre homofobia ver Nascimento, 2011.

¹⁰ A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e é uma rede nacional formada por 220 organizações, tendo como missão promover a cidadania e defender os direitos de pessoas LGBT, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero.

designava a hostilidade que determinadas pessoas mantinham em relação aos homossexuais, ainda considerados nesta época como portadores de uma patologia descrita no campo da saúde mental¹¹. Embora se referisse inicialmente a esta reação negativa como uma “fobia”, apontou também que se tratava de um problema social apresentado sob a forma de preconceito e discriminação não só relacionado à homossexualidade, mas ainda às convenções de gênero, equiparando-se, portanto, ao conceito divulgado pela ABGLT descrito acima.

Utilizar a expressão homofobia e compreendê-la como restrita à noção de fobia apresenta o risco de deslocar o problema do plano social para o individual, psicologizando o fenômeno. As críticas referentes a essa posição enfatizam que a homofobia é um fenômeno produzido e reproduzido socialmente¹².

Segundo a socióloga australiana Gail Mason (2002), “a violência de gênero, homofóbica e racial são todas moldadas pela construção hierárquica da diferença” (p.8). A autora aponta o processo cultural, a partir do qual se aporta valor a determinados desejos e práticas sexuais em detrimento de outros, como a principal causa de animosidade contra preferências sexuais que não se prendem às normas, tais como a homossexualidade e outras práticas sexuais não reprodutivas - a masturbação ou a prostituição. Questionar a normalização e a naturalização de categorias sexuais tem como objetivo chamar a atenção para as implicações, principalmente quando se trata da violência, que decorrem dessas categorizações.

Categorias como “heterossexual” e “homossexual” não são somente rótulos impostos sobre os sujeitos, mas, além disso, são partes de processos de normatização que fabricam os modernos sujeitos corporais e psíquicos. Tal demarcação sexual, que primeiro se tornou visível no século XIX, produziu uma separação entre a normalidade da heterossexualidade, especificamente da família monogâmica heterossexual, e a anormalidade da homossexualidade, servindo como critério para monitorar e constranger práticas sexuais e estilos de vida. O estigma histórico atrelado à homossexualidade continua, portanto, a gerar dramáticas conseqüências para quem o experimenta. Plummer¹³ destaca, em relação a isso, que tais categorias “têm tornado – no essencial – grupos inteiros de pessoas desvalorizados,

¹¹ A Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou em 1973 a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais; em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a excluiu do Código Internacional de Doenças (CID) e no Brasil, o Conselho Federal de Medicina, desde 1985, e o Conselho Federal de Psicologia, desde 1999, não a consideram como doença, distúrbio ou perversão.

¹² Vide Plummer, 1999; Herek, 2004 e Murray, 2009.

¹³ Em Mason, 2002:23.

desonrados ou perigosos e têm frequentemente justificado atrocidades humanas monstruosas e a negação de direitos humanos” (1981: 53).

A relação entre violência e diferença é mutuamente constitutiva e torna-se fundamental reconhecer que esta violência emerge das diferenças construídas entre certos corpos. De acordo com Butler (2001), a heterossexualidade, como instituição social, consolida-se pela naturalização da diferença de gênero, onde apenas a classificação binária homem/mulher é culturalmente inteligível. A dinâmica do poder sobre a materialidade dos corpos baseia-se numa matriz excludente que produz seres abjetos, ou seja, “não sujeitos” constituídos pela força fundante do repúdio.

A filósofa do Direito colombiana Maria Mercedes Gómez (2006) também afirma que a noção de “diferença” é fundamental para entendermos como se articulam diferentes preconceitos em diferentes momentos históricos e analisa os diversos núcleos de intolerância presentes nas sociedades contemporâneas que se apresentam sob a forma de *crimes de ódio*. Segundo a autora, “um crime de ódio é uma conduta violenta motivada por preconceito, e sua produção e reprodução parecem próprias das sociedades humanas ao longo da história” (p.20). Diferenciando “ódio”, enquanto um sentimento de caráter universal que se refere a uma profunda aversão em relação a alguém ou algo, de “preconceito”, como uma opinião sem sustentação suficiente no conhecimento, resultante do medo ou da desconfiança diante de idéias diferentes das próprias, a autora ressalta que é o preconceito que se constitui em elemento básico deste tipo de violência. O preconceito tem origem no medo da ameaça real ou imaginada de se perder certos privilégios sociais que gozam os grupos hegemônicos. Conferidas pelo poder exercido por estes grupos ou categorias sociais tais diferenças criam ou reproduzem as fronteiras entre “nós” e “eles”. Portanto, a violência por preconceito tem entre suas causas primordiais a necessidade de marcar diferenças entre coletividades hegemônicas e não hegemônicas a fim de garantir os “arranjos” sociais que beneficiam as primeiras. A violência contra o “outro/ a” e a convicção nas razões que a justificam não se originam na esfera individual, mas sim em uma rede de sentido que somente se constrói socialmente. No caso da violência contra pessoas LGBT, ela emerge em um contexto de heterossexualidade obrigatória¹⁴.

Gómez estabelece uma distinção entre as diferentes lógicas da violência, que podem ser hierarquizantes ou excludentes. Segundo ela, as práticas discriminatórias por motivos

¹⁴ Gómez retoma esta discussão feita por Adrienne Rich no texto “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence”, em *The Lesbian and Gay Studies Reader*, Henry Abelove, Michele Aina Barale y David M. Halperin (eds.), Routledge, Nueva York, 1993.

raciais, religiosos, políticos, etc são geralmente orientadas no sentido de hierarquizar como inferior uma coisa ou pessoa em uma determinada ordem – *colocar o inferior em seu lugar*. Ao contrário, a violência excludente opera no sentido de eliminar, suprimir pessoas ou objetos materiais da ordem estabelecida. Sendo assim, a violência contra negros ou mulheres, por exemplo, baseia-se geralmente na lógica da subordinação ou inferiorização e, através do gesto violento, procura-se forçar ou advertir o outro sobre a conveniência ou a necessidade de permanecer em “seu lugar” dentro da hierarquia social. Mas, quando se trata das sexualidades depreciadas¹⁵, a lógica é a da exclusão que visa a aniquilar o outro ao invés de apenas mantê-lo como inferior ou subordinado. Observa-se assim que, em alguns discursos religiosos e de extrema direita, as sexualidades dissidentes encarnam o mal, a perversão e o perigo, ameaçando os bons costumes e a moral. Devem, portanto, ser suprimidas. Tais discursos conferem legitimidade ao uso legal e ilegal da força.

As características específicas deste tipo de violência e as formas de enfrentá-la foram decisivas na escolha do objeto desta pesquisa. Os temas do sofrimento e do preconceito, tão presentes na minha trajetória profissional atuando junto a vários grupos que sofrem discriminação, permitiram que eu percebesse a especificidade deste campo. Formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) nos anos 80, comecei a trabalhar com deficientes mentais, na área da educação especial. Durante os oito anos que acompanhei o sofrimento dos portadores de deficiência e suas famílias¹⁶ perante o preconceito e exclusão, pude também constatar que uma rede de solidariedade se articula para apoiar e investir recursos na assistência a tais sujeitos.

No início da década de 90, ingressei na rede pública de saúde como psicóloga da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e comecei a atuar junto a doentes mentais, em hospital psiquiátrico. Neste campo da saúde mental me apropriei de conhecimentos específicos a respeito das políticas públicas e me deparei com as grandes tensões que ocorrem nesta arena. Novamente a exclusão, o sofrimento e o preconceito estavam presentes. Do lugar de técnica, passei mais tarde para o de gestora em uma secretaria municipal de saúde e, devido a esta experiência, assumi depois a Coordenação da Assessoria de Saúde Mental da Secretaria Estadual de Saúde. Nesses espaços tive oportunidade de participar da transformação, ainda em curso, do cenário da saúde mental no Estado do Rio de Janeiro, marcado historicamente

¹⁵ Enquanto Nancy Fraser (1997) usa este termo para se referir a gays e lésbicas, Gómez amplia seu uso para qualquer sexualidade que destoa da norma heterossexual.

¹⁶ Em muitos casos atendidos nesta instituição onde trabalhei, a “família” estava reduzida à figura da mãe, pois o pai e/ ou demais parentes haviam se afastado por conta do preconceito contra o deficiente mental.

pelo paradigma asilar que destinava aos “loucos” apenas os manicômios.

Após quinze anos de atuação neste campo, fui convidada, em agosto de 2007, a coordenar uma nova gerência criada na SES – Gerência de Políticas Específicas (GPE/SES) - que se propunha a implementar políticas de saúde baseadas na promoção da equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidade, tais como negros, indígenas, quilombolas, assentados e acampados rurais, pescadores artesanais, ciganos, populações em situação de rua e carcerária¹⁷. Após algum tempo, fui informada que um novo grupo seria incorporado a este elenco de “excluídos e esquecidos” pelas políticas públicas de saúde e pelos gestores em geral, a “população LGBT”¹⁸. A “inclusão” deste grupo só ocorreu porque, justamente naquele momento, a Secretaria Estadual de Saúde recebia uma convocação do governador do estado para integrar uma Câmara Técnica, composta por diversas outras secretarias estaduais, universidades, organizações da sociedade civil e parlamentares, que deveria elaborar o *Programa Rio sem Homofobia*. Desde este instante, ao ser nomeada como representante da SES nesta Câmara Técnica, foi possível avaliar o nível de preconceito contra pessoas LGBT no âmbito da própria Secretaria de Saúde. Os comentários, as piadas, as resistências de gestores e técnicos para efetivarem as propostas para esta “população” foram se destacando em relação ao trabalho desenvolvido com os demais grupos. A atuação principal da Gerência de Políticas Específicas era a articulação intersetorial dentro e fora do campo da saúde e, quando se tratava das políticas públicas para pessoas LGBT, o descaso era evidente. No entanto, as mudanças foram acontecendo graças a vários fatores, dentre os quais, a pressão do próprio governador em implantar uma política de governo que atendesse às demandas desta “população”. Sendo assim, nos dois anos que acompanhei este processo, pude participar de importantes discussões técnicas e políticas sobre os problemas vividos cotidianamente por pessoas LGBT e suas necessidades. Analisei dados referentes à homofobia e me deparei com a violência, permeada pelo ódio, que atravessa a vida de muitas destas pessoas. Esta violência experimentada em diversos contextos de sociabilidade pode

¹⁷ De acordo com a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS (Portaria MS nº 3027, de 26 de novembro de 2007), cujas diretrizes passaram a orientar as ações da Gerência de Políticas Específicas/ SES, entre os diferentes grupos que demandam ações intersetoriais de inclusão social também encontra-se a *população de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis – GLBTT* (MS, 2008: 9). No entanto a SES, num primeiro momento, não a incluiu na nova Gerência de Políticas Específicas, responsável pela integralidade do cuidado à saúde, mantendo-a ainda vinculada apenas ao Programa Estadual de DST/AIDS.

¹⁸ Ressalto que a própria idéia de “população” aplicada a esse coletivo é também fruto das políticas públicas em curso.

levar à morte física, como os números¹⁹ apontam, ou à morte social, tornando-os seres invisíveis, sem acesso a direitos básicos garantidos a qualquer cidadão.

Diante deste quadro, entretanto, o que mais chamou minha atenção foi o silêncio em relação à violência homofóbica. Além disso, as denúncias, quando feitas, geralmente não parecem produzir o efeito de inibir ou evitar estes atos e a articulação de ações de prevenção da homofobia ainda são incipientes e esbarram com o discurso articulado por “bancadas evangélicas” em diferentes espaços de representação política. Isto tem levado a uma situação bastante paradoxal: se por um lado, a Parada do Orgulho LGBT tem arrastado, todo ano, milhões de pessoas homo e heterossexuais para a praia de Copacabana, se a cidade do Rio de Janeiro foi eleita, em 2009, o melhor destino turístico gay do mundo²⁰ e se, hoje, no estado se discutem políticas públicas nas áreas de educação, saúde, justiça, direitos humanos, segurança, cultura e assistência social para pessoas LGBT; por outro, continuamos a assistir ao assassinato ou à agressão física, moral ou verbal²¹ dirigida a estas pessoas.

Ao decidir concorrer a uma vaga no mestrado e ao escolher o silêncio e a homofobia como objetos centrais desta pesquisa, tentei conciliar as inquietações que me afligiam sobre o tema, com o momento do meu afastamento da arena pública como gestora da saúde, para me aproximar do indizível que está tão presente no sofrimento vivido por pessoas LGBT e nas respostas dos serviços públicos destinados a lidar com ele. Do discurso legitimado ao discurso silenciado me propus a ouvir o inconfessável, não como psicóloga ou à luz das teorias do campo “psi”, mas a partir das teorias sócio-antropológicas a que tive acesso durante as aulas no Instituto de Medicina Social/IMS/UERJ e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ). Na disciplina que cursei no Museu Nacional/MN/UFRJ – “Antropologia das Emoções: Sentidos

¹⁹ Não é possível afirmar com precisão o número de crimes de homofobia, em função de não possuírem uma categoria própria nas estatísticas oficiais do país. No Estado do Rio de Janeiro, isso só foi implantado em meados de 2009. Podemos citar pesquisas realizadas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que apontam dados obtidos em fatos noticiados pela imprensa no período entre 1980 e 2006, quando 2.745 integrantes da *comunidade GLBT* foram assassinados no Brasil. Isto equivale a aproximadamente 105 assassinatos por ano ou quase dez mortes por mês. Cabe ressaltar, no entanto, que estes números podem não refletir a realidade, pois se referem apenas aos crimes de homofobia ocorridos no país que foram divulgados, desta forma, pela mídia em relação aos quais se supõem terem sido motivados por homofobia. Para mais informações, ver Mott (2000 e 2002) e Mott & Cerqueira (2001). Ver, também, o *Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais*, 2008. Para apreciação do modo como a mídia trata desse tipo de violência letal, ver Lacerda (2006).

²⁰ Esta escolha foi feita pelo *site TripOutGayTravel* e pelo canal americano Logo, da MTV voltado para o público LGBT. Nesta disputa, o Rio de Janeiro superou Barcelona (Espanha), Buenos Aires (Argentina), Londres (Inglaterra), Montreal (Canadá) e Sydney (Austrália) e recebeu mais de cem mil votos computados pelo site. Em setembro de 2010, diante da indicação do Rio para concorrer à categoria “destino mais sexy” do planeta, o Secretário Municipal de Turismo e presidente da RIOTUR declarou para entrevista em jornal de grande circulação: “o Rio vai se firmando como um destino *gay friendly* de ponta [...] isso se identifica com a natureza da cidade festiva, mas também acolhedora e hospitaleira. Aqui as mais diversas tribos convivem em harmonia”.

²¹ Para aprofundamento, ver pesquisas quantitativas sobre violência e discriminação homofóbicas realizadas nas Paradas do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro (Carrara, Ramos, Caetano, 2003; Carrara e Ramos, 2005).

sociais do sofrimento”, descobri autores que também pesquisaram sobre os sentidos do silêncio em contextos diversos. A análise destes trabalhos fundamentou teoricamente as questões aqui levantadas e norteou as conclusões desta pesquisa.

A antropóloga indiana Veena Das (2007) em seu livro intitulado *Life and Words: violence and the descent into the ordinary* traz como conceitos centrais a voz e o cotidiano. Discute a violência espetacular e a violência no tecido cotidiano, mas seu grande interesse é a volta ao ordinário²², o que acontece ao sujeito e ao mundo quando a memória dos momentos de horror é arquivada nas relações interpessoais, contaminando-as. A autora analisa o lastro de poluição que se inscreve nos sujeitos e em seu meio após o ato de violência sofrida. Afirma que, nestes momentos tão frágeis, é possível que uma pessoa fique “sem voz”, não no sentido de não ter palavras, mas no sentido de as palavras tornarem-se congeladas, entorpecidas, sem vida. Descreve, então, pessoas que escolheram ficar mudas, que suprimiram suas vozes para proteger a si mesmas.

No caso da homofobia, interessa-me o que ocorre quando esta violência se origina e se perpetua no seio das relações mais íntimas e qual a resposta possível diante deste sofrimento: o silêncio ou a denúncia. As narrativas construídas na arena pública sobre o extraordinário, o que se ouve na mídia, o que se lê nos Boletins de Ocorrência das delegacias de polícia, o que se registra nos serviços de acolhimento às vítimas de violência²³, utilizam o idioma político, um discurso mais legítimo neste cenário público. É muito comum encontrar “narrativas congeladas” que obedecem às marcas de sentido, de eficácia e de empatia. Mas mesmo neste tipo de narrativa, podem-se observar resíduos que não são alcançados pela fala, que não podem ser ditos, porque se o forem, perdem a força. Veena Das (2008) aponta que tanto na fala, como no silêncio, há um resíduo que não vai ser explicado, que não deve ser traduzido. Traduzir certos tipos de dores, falar sobre elas, é da ordem do impossível. Afirma que a dimensão do silêncio é a dimensão do que é humano e que, portanto, as pessoas “falam” com palavras, pausas e silêncios. Ao se interessar pelas trajetórias passíveis de reordenarização do extraordinário, ou seja, quando o sujeito sai do evento não porque ele acabou, mas porque é

²² A autora chama de *ordinários* os fatos da vida cotidiana e de *eventos extraordinários* os atos de violência sofridos ou os acontecimentos marcantes da vida de uma pessoa.

²³ Refiro-me aqui a dispositivos como os Centros de Referência LGBT e ao Disque Cidadania LGBT, ambos do *Programa Rio sem Homofobia*; ao Disque 100, serviço telefônico de proteção a vítimas de violência, vinculado à SEDH-PR; ou ainda à Ouvidoria da SEASDH/ RJ.

necessário sair deste engolfamento, a autora destaca que o evento passa, então, para um plano que pode ser o de nunca mais ser falado ou de ser falado através de outras linguagens, através de metáforas, através do silêncio. Esta é a dimensão poética que isola o extraordinário para não poluir ou contaminar o ordinário. Das interessa-se ainda pelo trabalho do tempo que possibilita diversas camadas narrativas; trata-se de um trabalho de “moralização” do que pode e do que não pode acontecer e aparecer no ordinário. No entanto, esta separação está sempre em risco; há sempre o perigo do ordinário ser “borrado” com a volta do extraordinário, de se romper com o silêncio.

Outra autora que oferece importante contribuição para embasar esta pesquisa é a antropóloga Fiona Ross (2001) que discute no texto *Speech and Silence* a leitura que se faz na arena pública das narrativas individuais sobre sofrimento. Interessa-me, então, analisar no confronto entre um discurso midiático e “legítimo” e a manifestação subjetiva da dor, qual é a escuta possível dos técnicos que atendem pessoas LGBT; se esta escuta permite ou favorece uma interação que possa abrir espaço para o relato da violência sofrida. Traçando um paralelo entre o testemunho de mulheres da África do Sul a respeito de situações de repressão, violência e violação dos direitos humanos durante o estado de *apartheid* e a violência homofóbica, sugiro que há fortes razões culturais e sociais para as mulheres, assim como para pessoas LGBT, não contarem suas experiências de sofrimento. Onde há lugar para este sofrimento? Ross analisa, então, o silêncio em dois planos – do que não é dito e do que não é percebido. Avalia que o silêncio não é o que está no lugar da fala, da fala que coloniza, que depura as falas que valem das que não valem. Defende que o silêncio tem estatuto próprio, onde o que se cala não é o que fica oculto, mas o que tem que ficar neste lugar do silêncio.

No contexto atual, onde no campo do Direito, o reconhecimento e a reparação encontram-se presentes nas relações sociais (exemplo disso é a própria implantação dos Centros de Referência LGBT em cujo quadro técnico figuram advogados) comumente avalia-se que o silêncio – o que não pode ser ou o que não é dito – é mais uma forma de violência. Veena Das e Fiona Ross apresentam outro ponto de vista. Destacam uma hierarquia entre as diversas formas de fala e de silêncio, o que significa que não existem oscilações entre fala e silêncio, mas sim, grandes cenas de fala e grandes cenas de silêncio, como se houvesse um acordo entre os silêncios e os ouvidos em relação ao que realmente importa. Esse silêncio pode ser reconhecido como uma linguagem e a maneira de se contar uma experiência, as cadências, os *gaps* entre as fragilidades das palavras, determina como esta será escutada e como a atenção será diferentemente focada. A relação entre palavras, silêncios e sentido, interesse central de Fiona Ross, sugere que o que é tomado pelo silêncio é ele próprio

compreensível, portanto, não cabe arrancar palavras que revelem o sentido das experiências relatadas, mas sim reformular o contexto no qual o silêncio passe a ter significado. O reconhecimento da dor pode depender do reconhecimento do significado e da validade do silêncio como um modo particular de comunicar uma experiência. Acreditar que o mundo é conhecido somente através das palavras e que, portanto, é fundamental dar voz, talvez de forma padronizada, para quem não tem voz, considerando que não ter voz é ser desprovido de linguagem e ser incapaz de se comunicar, é não levar em conta que o silêncio sobre situações de violência pode ser um ato de agenciamento consciente. Esta construção de agenciamento não repousa na competência lingüística, mas na recusa de dar palavras às experiências, guardando-as dentro de si, silenciando-as.

A pesquisa do sociólogo austríaco Michael Pollak (1990a), que constitui o silêncio em um objeto de reflexão ao entrevistar mulheres sobreviventes do campo de concentração nazista Auschwitz-Birkenau, na Polônia, também foi usada na fundamentação deste trabalho. Seu interesse não se concentra apenas no conteúdo dos relatos e indica que silenciar sobre o passado pode ser uma forma de lidar, suportar ou superar aquele passado. Além disso, o silêncio parece se impor para evitar a censura dirigida às pessoas afetivamente importantes. O autor estabelece uma conexão entre memória e identidade, entre o dizível e o indizível e enfatiza que o silêncio escolhido como modo de gestão da identidade produz um acomodamento com o círculo atual de relações sociais, assim como representa uma recusa em julgar a experiência vivida e os envolvidos nesta experiência, principalmente, quando se trata de pessoas muito próximas. As dificuldades e bloqueios que aparecem ao longo de um relato, não são decorrentes da falta de memória ou do esquecimento, mas representam uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir sua história. As zonas de sombra, silêncios e “não ditos” que existem nas lembranças, delimitam fronteiras com o esquecimento definitivo, as quais estão em constante deslocamento. Romper, portanto, com o silêncio deve ser uma decisão do sujeito da experiência, da sua disponibilidade de determinar o que poderá ser dizível.

Partindo destes fios condutores, que auxiliaram na elaboração dos eixos desta pesquisa, acrescentei as contribuições advindas da banca de qualificação do projeto que levantou várias questões pertinentes para a análise posterior do material coletado no campo. Questões metodológicas relacionadas à qualidade do silêncio que interessava para esta investigação e se o silêncio correspondia ao indizível descrito por Pollak. No caso da fala, da denúncia, destacou-se a construção da categoria do sujeito moral que é obrigado a falar, que é obrigado a revelar-se. O lugar moral da fala que traz para a cena certo sujeito emancipado que

fala de si, que fala da violência. Então, no decorrer das entrevistas, passei a observar como as pessoas falam e como não falam; como se construiu o projeto de falar ou de silenciar e o que cada entrevistado chama ou entende por violência. Finalmente, a categoria do “inescutável” foi sugerida como objeto de investigação no lugar do “indizível”. Neste ponto, vale destacar que um dos eixos deste trabalho refere-se às políticas públicas voltadas para a população LGBT, portanto, uma das estratégias metodológicas foi entrevistar os profissionais que trabalham nos novos dispositivos públicos destinados a acolher as queixas de violência homofóbica e analisar como escutam estas demandas. O “indizível” presente nas narrativas de pessoas LGBT e o “inescutável” observado nas narrativas dos técnicos serviram, portanto, como duas categorias de análise.

Sendo assim, esta dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro apresenta os três campos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, descrevendo a especificidade de cada um no que se refere à estrutura física e funcional e a minha entrada como pesquisadora. Apresenta, ainda, o perfil dos entrevistados que pude acessar através deles.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre as narrativas de dor e sofrimento de pessoas LGBT em relação ao momento em que “se descobrem” atraídos por outras do mesmo sexo ou passam a viver grandes conflitos em decorrência de sua identidade de gênero. O silêncio diante desta descoberta e as diversas formas de lidar com uma *identidade indizível*, segundo Pollak, são analisados a partir de lembranças do passado e de enfrentamentos vividos cotidianamente nas relações interpessoais.

No terceiro capítulo seleciono duas entrevistas, a primeira com uma mulher transexual e outra com um homem gay, a fim de discutir suas trajetórias de vida, marcadas por camadas de silêncio que foram se sobrepondo à dor vivenciada em diversas ocasiões. Em ambos os casos, o sofrimento que tiveram que enfrentar na infância foi mais tarde reencenado ao se verem diante de situações de violência homofóbica, que decidiram então denunciar. As duas narrativas apresentam grandes cenas de silêncio e de fala, tais como observadas por Das, Ross e Pollak, determinando o que, naquele momento da entrevista, pôde ser dizível ou indizível.

O quarto capítulo concentra-se na discussão dos dispositivos públicos voltados para as pessoas LGBT, implantados no Estado do Rio de Janeiro, considerando o tema da violência homofóbica. Utilizo as contribuições do sociólogo argentino Ernesto Meccia (2011) para analisar o discurso legitimado dos direitos que vem se fortalecendo na arena política nos últimos anos e o que isso representa quando se trata da violência e do silêncio presentes em torno dela. A partir dos dados de pesquisas e do levantamento dos atendimentos realizados

pelos Centros de Referência LGBT, avalio as explicações apresentadas pelos técnicos para a forma silenciosa de se viver a homofobia, mesmo num cenário onde se multiplicam os espaços de escuta.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Dennis. **Coming out in the seventies**. Boston: Alyson Publications, 1981.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. O atendimento a pacientes transexuais e cirurgia de transgenitalização na rede pública do Estado do Rio de Janeiro: avaliação e perspectivas. Em: **III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Desafios da fragilidade da vida na sociedade contemporânea**, 2005, Florianópolis. Desafios da fragilidade da vida na sociedade contemporânea. III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2005. v.10.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOLTANSKI, Luc. **La souffrance a distance: morale humanitaire, médias et politique**. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS**. Brasília: Editora do Ministério de Saúde, 2008.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Texto-base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: 2008.

_____. **Portaria SAS/MS n.1707**, de 18 de agosto de 2008.

_____. **Portaria SAS/MS n.457**, de 19 de agosto de 2008.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: Louro, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARRARA, Sérgio Luis; RAMOS, Sílvia; CAETANO, Márcio. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade – Pesquisa 8ª Parada do Orgulho GLBT - Rio 2003**. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

_____; RAMOS, Sílvia. **Política, Direitos, Violência e Homossexualidade Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2005.

_____; RAMOS, Sílvia; SIMÕES, Julio; FACCHINI, Regina. **Política, Direito, Violência e Homossexualidade – Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

_____; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.233-249, 2006.

_____. **Política Sexual no Brasil Contemporâneo: A homofobia na mira da lei e das políticas públicas**. Projeto apresentado para renovação de Bolsa de Produtividade em Pesquisa referente ao período 2010-2014. Mimeo, 2010.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DAS, Veena. **Life and Words: violence and the descent into the ordinary**. Berkeley: University of California Press, 2007.

_____. Violence, Gender and Subjectivity. **Annual Review of Anthropology**, 37. 2008, p.283-299.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FRASER, Nancy. **¿De la Redistribución al Reconocimiento? Dilemas em torno a la justicia em uma época ‘postsocialista’**. En: Iustitia Interrumpta. Reflexiones críticas sobre la posición postsocialista. Siglo del Hombre. Universidad de los Andes, Bogotá, 1997, p.17-54.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GÓMEZ, María Mercedes. **Los usos jerárquicos y excluyentes de la violencia**. Em: CABAL, Luisa; MOTTA, Cristina (orgs.). Más Allá del Derecho: justicia y género em América Latina. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Center for Reproductive Rights, Universidade de los Andes, 2006. p.19-55.

HEREK, Gregory. **Beyond "Homophobia": Thinking About Sexual Prejudice and Stigma in the First-Twenty Century**. Sexuality Research & Social Policy 1, n. 2, 2004, p.6-24.

LACERDA, Paula Mendes de. **O drama encenado: assassinato de gays e travestis na imprensa carioca**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

MASON, Gail. **The Spectacle of Violence**. London and New York: Routledge, 2002.

MECCIA, Ernesto. **Los últimos homosexuales: Sociología de la homosexualidad y la gaycidad**. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

MOTT, Luis. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000.

_____. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2002.

_____; CERQUEIRA, M. **Causa Mortis: Homofobia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MURRAY, David. **Introduction**. Em: MURRAY, David. **Homophobias: Lust and Loathing across Time and Space**. Durham: Duke University Press, 2009. p.1-15.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. **Improváveis relações: produções de sentidos sobre o masculino no contexto da amizade entre homens homo e heterossexuais**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

_____. **L'expérience concentrationnaire: essai su le maintien de l'identité sociale**. Paris: Éditions Métailié, 1990a.

_____. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990b.

_____. A gestão do indizível. **WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, v.2 n.1 (jan-jun) 2010.

PLUMMER, David. **One of the Boys: Masculinity, Homophobia and Modern Manhood**. Binghamton: Harrington Park Press, 1999.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio Luis. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, p.185-205, 2006.

ROSS, Fiona C. **Speech and Silence**. In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. **Remaking a World: Violence, Social Suffering and Recovery**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2001. p.179-234.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. **Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias de manipulação no coming out de homens homossexuais**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.28, jan-jun 2007, p.19-54.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

WEINBERG, George. **Society and the Healthy Homosexual**. New York: St. Martin's Press, 1972.